
***Fundação José Luiz
Egydio Setúbal***
***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores, Diretores e Conselheiros
Fundação José Luiz Egydio Setúbal

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação José Luiz Egydio Setúbal ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições contidas na Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - "Entidades sem Finalidade de Lucros".

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota 16 às demonstrações financeiras, a Fundação efetuou provisão para fazer frente às obrigações tributárias para recolhimento da COFINS como disposto pela MP no 2.158-35/2001, no montante total de R\$ 54.417 mil (R\$ 64.048 mil em 2022). Todavia, considerando a evolução do processo judicial durante o exercício de 2023, os consultores jurídicos da Fundação consideram a probabilidade de perda como possível, portanto, a constituição desta provisão não atendeu aos preceitos estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25 - "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes". Uma vez que a administração optou por manter o registro da provisão em 31 de dezembro de 2023 e realizar a reversão apenas em função da decadência dos períodos sob discussão, a conta de provisão para contingências está superavaliada em R\$ 54.417 mil (R\$ 64.048 mil em 2022) e o patrimônio líquido subavaliado em R\$ 54.417 mil (R\$ 64.048 mil em 2022), respectivamente.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições contidas na Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - "Entidades sem Finalidade de Lucros" e pelos controles internos



Fundação José Luiz Egydio Setúbal

que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.



Fundação José Luiz Egydio Setúbal

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2024

PricewaterhouseCoopers

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by
Fábio J. Oliveira Araújo
Signed By: FÁBIO DE OLIVEIRA ARAÚJO 27302914805
CPF: 27302914805
Signing Time: 30 April 2024 | 17:16 BRT
© ICP-Brasil. OJ: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C. BR
Issued: AC SERASA 1000 da

Fábio de Oliveira Araújo
Contador CRC 1SP241313/O-3

Fundação José Luiz Egydio Setúbal

Balço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	<u>31/12/2023</u> <u>31/12/2022</u> <u>01/01/2022</u>			Passivo e patrimônio líquido	<u>31/12/2023</u> <u>31/12/2022</u> <u>01/01/2022</u>		
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	15.862	9.735	9.342	Fornecedores (Nota 14)	43.650	36.975	24.432
Contas a receber de clientes (Nota 8)	103.572	92.675	81.200	Passivo de arrendamentos (Nota 13)	25.908	20.773	14.593
Direito de prestação de serviços (Nota 9)	25.872	11.811	8.722	Salários e encargos a pagar (Nota 15)	22.291	17.526	14.472
Estoques (Nota 10)	9.775	9.074	5.579	Impostos e contribuições a recolher	4.956	3.980	3.289
Adiantamentos a funcionários e fornecedores	3.706	1.671	3.398	Outras contas a pagar	1.457	1.172	6.062
Impostos a recuperar	1.705	1.705	1.714				
Outras contas a receber	2.923	1.161	598				
Despesas antecipadas	4.815	2.755	4.213	Total do passivo circulante	98.262	80.426	62.848
Total do ativo circulante	168.230	130.587	114.766				
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais (Nota 16)	19.569	15.790	43.513	Passivo de arrendamentos (Nota 13)	30.808	46.005	31.164
Aplicações financeiras (Nota 7)	334.270	278.251	174.455	Provisão para contingências (Nota 16)	63.788	72.087	78.171
Outros ativos	1	1	1				
Imobilizado (Nota 11)	51.620	44.117	37.915				
Intangível (Nota 12)	749	808	915	Total do passivo não circulante	94.596	118.092	109.335
Ativos de direito de uso (Nota 13)	45.851	59.168	45.757				
Total do ativo não circulante	452.060	398.135	302.556	Total do passivo	192.858	198.518	172.183
				Patrimônio líquido (Nota 17)			
				Patrimônio social	427.432	330.204	245.139
				Total do patrimônio líquido	427.432	330.204	245.139
Total do ativo	620.290	528.722	417.322	Total do passivo e patrimônio líquido	620.290	528.722	417.322

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação José Luiz Egydio Setúbal

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas com serviços prestados (Nota 19)	555.922	475.989
Receita com voluntariado (Nota 20)	11.141	9.529
Custos com atividades hospitalares (Nota 21)	<u>(359.011)</u>	<u>(292.131)</u>
Resultado bruto	<u>208.052</u>	<u>193.387</u>
Despesas administrativas e gerais (Nota 22)	(139.993)	(124.304)
Despesas tributárias	(711)	(1.424)
Despesa com voluntariado (Nota 20)	(11.141)	(9.529)
Outras receitas operacionais, líquidas (Nota 24)	<u>2.229</u>	<u>2.058</u>
Superávit operacional	<u>58.436</u>	<u>60.188</u>
Receitas financeiras (Nota 25)	45.149	33.425
Despesas financeiras (Nota 26)	<u>(19.429)</u>	<u>(20.291)</u>
Receitas financeiras, líquidas	<u>25.720</u>	<u>13.134</u>
Superávit do exercício	<u><u>84.156</u></u>	<u><u>73.322</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação José Luiz Egydio Setúbal**Demonstrações do resultado abrangente**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Superávit do exercício	84.156	73.322
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>84.156</u>	<u>73.322</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação José Luiz Egydio Setúbal

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávit acumulado</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Em 31 de dezembro de 2021	<u>245.139</u>	-	<u>245.139</u>
Superávit do exercício	-	73.322	73.322
Absorção do superávit do exercício	73.322	(73.322)	-
Ajuste de exercícios anteriores (Nota 16)	<u>11.743</u>	<u>-</u>	<u>11.743</u>
Em 31 de dezembro de 2022	<u>320.204</u>	<u>-</u>	<u>330.204</u>
Superávit do exercício	-	84.156	84.156
Absorção do superávit do exercício	84.156	(84.156)	-
Ajuste de exercícios anteriores (Nota 16)	<u>13.072</u>	<u>-</u>	<u>13.072</u>
Em 31 de dezembro de 2023 (Nota 17)	<u>427.432</u>	<u>-</u>	<u>427.432</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação José Luiz Egydio Setúbal

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	<u>84.156</u>	<u>73.322</u>
Ajustes de		
Depreciação e amortização (Nota 11 e 12)	7.719	6.667
Depreciação do ativo de direito de uso (Nota 13)	21.193	13.543
Perda para crédito de liquidação duvidosa (Nota 8)	28.389	37.648
Provisão para contingências (Nota 16)	4.772	5.659
Baixa de ativo imobilizado e intangível (Nota 11 e 12)	<u>5.312</u>	<u>723</u>
	<u>151.541</u>	<u>137.562</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(53.348)	(52.212)
Adiantamentos, Impostos a recuperar e outras contas a receber	(3.795)	1.173
Estoques	(701)	(3.495)
Depósitos judiciais e despesas antecipadas	(5.840)	29.181
Fornecedores	6.675	12.543
Salários e encargos a pagar	4.765	3.054
Impostos e contribuições a recolher	975	690
Outras contas a pagar	<u>285</u>	<u>(4.889)</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>100.557</u>	<u>123.607</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>100.557</u>	<u>123.607</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativos financeiros a longo prazo (Nota 7)	(56.018)	(103.796)
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível (Notas 11 e 12)	<u>(20.474)</u>	<u>(13.485)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(76.492)</u>	<u>(117.281)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de arrendamentos (principal) (Nota 13)	<u>(17.938)</u>	<u>(5.933)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(17.938)</u>	<u>(5.933)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	6.127	393
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>9.735</u>	<u>9.342</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>15.862</u>	<u>9.735</u>
Itens que não afetam o caixa		
Reconhecimento inicial do direito de uso e remensurações	7.876	72.710
Reconhecimento inicial do passivo de arrendamento	<u>(7.876)</u>	<u>(72.710)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação José Luiz Egydio Setúbal

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Fundação José Luiz Egydio Setúbal (a "Fundação") é uma instituição de assistência social com sede na cidade de São Paulo, sem fins lucrativos, organizada sob forma de fundação de direito privado, sendo o seu objeto social a promoção da saúde, por meio de atendimento médico-hospitalar de amplo espectro, com ênfase no campo pediátrico, estudos de avaliação e incorporação de tecnologias à saúde, capacitação de recursos humanos na área da saúde, pesquisas de interesse público em saúde e desenvolvimento de técnicas e operação de gestão em serviços de saúde. É mantenedora do estabelecimento de saúde conhecido como Hospital Infantil Sabará (o "Hospital"), registrado como filial da Fundação.

O Hospital é um dos maiores e mais respeitados centros de atendimento pediátrico do Brasil, reconhecido pela excelência no cuidado centrado no paciente e sua família, e pelo pioneirismo nesta área. Instalado em um moderno edifício de 17 andares na Avenida Angélica, em São Paulo, opera segundo o conceito children's hospitals com 118 leitos, e totalmente preparado para cuidar de crianças com condições complexas. Este modelo assistencial conta com retaguarda médica em todas as especialidades pediátricas, como por exemplo Neurologia, Nefrologia, Cardiologia, Oncologia, Ortopedia, Urologia, Gastreenterologia, Cirurgia Pediátrica e Anestesia e atua com equipe multiprofissional integrada, dotada de alta capacidade resolutiva na atenção à criança. O Sabará é o primeiro hospital exclusivamente pediátrico no Estado de São Paulo a conquistar a acreditação da Joint Commission International (JCI) - o mais importante órgão certificador dos serviços de instituições de saúde no mundo.

Em outubro de 2022, foi ampliada a capacidade operacional do Hospital com a instalação de uma nova unidade dedicada à internações. Esta nova unidade conta com 58 leitos e promove a ampliação do acesso dos pacientes e suas famílias aos cuidados pediátricos. É considerada uma solução paliativa para que o Hospital consiga atender sua demanda de pacientes até 2026, quando então será inaugurada uma nova unidade na Avenida Rebouças. A nova unidade faz parte do plano estratégico da Fundação e operará no modelo *built to suit*, semelhante ao modelo adotado para a torre que funciona na Avenida Angélica. Os recursos para essa ampliação virão em parte do *endowment* da Fundação e posteriormente das próprias operações continuadas do Hospital.

A Fundação não se beneficia da imunidade tributária das contribuições sociais de que trata o artigo 195 § 7º da Constituição porque não é detentora da Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS). Em junho de 2011, a Fundação interrompeu o recolhimento da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), incidente sobre as receitas derivadas de suas atividades próprias, por entender que faz jus ao benefício da isenção da COFINS prevista no artigo 14, X, da MP nº 2.158-35 de 24 de agosto de 2001. Seu entendimento foi reforçado pelo artigo 23 da Instrução Normativa RFB 1911, de 11 de outubro de 2019. O Programa de Integração Social (PIS), incide sobre a folha de salários, conforme estabelecido no artigo 13 da MP nº 2.158-35; e o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) não são devidos por disposição expressa da Lei nº 9.532/97.

Em atendimento à ITG 2002 (R1) (Nota 2.1), a Entidade goza de imunidade tributária nos termos do artigo 150 (impostos) da Constituição Federal, estando isenta de recolhimento de impostos sobre sua renda patrimônio e serviços.

1.2 Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias.

Fundação José Luiz Egydio Setúbal

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. O IVA terá alíquota padrão, que o ministro da Fazenda Fernando Haddad estima que seja em torno de 27,5%, além de duas alíquotas diferenciadas (30 e 60%) e uma zerada. Setores como saúde, educação, transporte público, alimentos e produtos básicos devem ter reduções significativas. Combustíveis e serviços financeiros terão regimes tributários específicos.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. O IS terá uma alíquota máxima de 1% do valor de mercado do produto.

Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

1.3 Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas

A Fundação possui políticas ambientais que visam reduzir o impacto ambiental do Hospital, principalmente no descarte de resíduos. Com a criação de um comitê de ASG (Ambiental, Social e Governança), a Fundação visa dar cada vez mais foco à sua estratégia ambiental. A administração monitora as mudanças climáticas e não identificou impactos contábeis a serem registrados no exercício.

1.4 Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo conselho superior da Fundação em 30 de abril de 2024.

2 Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, exceto quando indicado de outra forma.

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo pronunciamentos, as disposições contidas na Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - "Entidades sem Finalidade de Lucros", interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Na adoção inicial do CPC integral, a Fundação segue as premissas definidas no CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 06 (R2) - Arrendamento. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota 2.15. A Fundação optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído na data de transição, considerando que: (i) o ativo imobilizado da Fundação é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; (ii) o serviço em que a Fundação opera é significativamente impactada pelo desenvolvimento tecnológico, o que requer da administração revisão frequente dos valores recuperáveis; e (iii) as práticas contábeis adotadas no registro dos bens do ativo imobilizado já eram consistentes com o CPC 27 – Ativo Imobilizado.

Fundação José Luiz Egydio Setúbal

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Até 31 de dezembro de 2022 as demonstrações contábeis da Fundação eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para a venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Fundação no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Fundação atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Fundação e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de longo prazo

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais inferior a 90 dias, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os saldos de fundos e títulos privados, para os quais a Administração tem a intenção de manter o investimento para períodos superiores a 90 dias estão classificados no ativo de longo prazo.

2.4 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor da transação menos a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (Nota 3 (b), Nota 8 e Nota 22). Valores em aberto a mais de 90 dias do seu vencimento previsto são contabilizados como perda incorrida e apresentados como perdas no recebimento de créditos no grupo de despesas administrativas. Recuperações subsequentes e valores previamente baixados são creditadas na mesma conta.

A determinação do percentual de perda a ser aplicado sobre os valores a receber de clientes no reconhecimento inicial da receita é efetuado mediante uma análise histórica, que leva em consideração a inadimplência dos últimos 36 meses para operadoras de saúde e 24 meses para clientes particulares.

2.5 Estoques

Os estoques são compostos basicamente por medicamentos e materiais hospitalares para o uso no atendimento aos pacientes do Hospital e são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O valor líquido realizável é custo para utilização no curso normal da prestação de serviços, menos quaisquer custos estimados para a sua utilização. O valor contábil dos estoques é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil for maior que seu valor recuperável estimado. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel.

Fundação José Luiz Egydio Setúbal

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.6 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

A Fundação inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada como segue:

- . Equipamentos hospitalares - 10 anos
- . Benfeitorias - 4 anos
- . Máquinas e ferramentas de manutenção - 10 anos
- . Móveis, utensílios e equipamentos - 10 anos
- . Equipamentos de informática - 5 anos

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados a cada encerramento de exercício financeiro, se necessário, caso exista uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço, levando a uma mudança de estimativas contábeis.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.7 Ativos intangíveis

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e preparar os *softwares* para sua utilização. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

2.8 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores, principalmente relacionadas à aquisição de medicamentos, materiais hospitalares e de consumo, serviços em geral e ativos adquiridos no curso normal das operações, são reconhecidas pelo seu valor justo, que corresponde basicamente ao valor das faturas. Não há desconto a valor presente em decorrência do curto prazo de vencimento dos títulos. A Fundação não realiza operações de risco sacado.

2.9 Provisões

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando: i) a Fundação tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; iii) e o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Fundação José Luiz Egydio Setúbal

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As provisões para demandas judiciais incluem os riscos tributários, cíveis e trabalhistas e são atualizadas até as respectivas datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, baseadas na opinião dos assessores jurídicos externos e da administração.

2.10 Receitas com serviços prestados

As receitas com serviços prestados correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou a receber pela venda de serviços no curso regular das atividades da Fundação.

As receitas da Fundação são provenientes substancialmente da prestação de serviços diagnósticos e hospitalares. A receita é reconhecida no resultado do exercício com base nos valores contratados na extensão em que seja provável que benefícios econômicos serão gerados para a Fundação, a receita pode ser mensurada com segurança uma vez que o controle e todos os direitos e recompensas decorrentes dos serviços prestados fluem para o cliente. A receita não é reconhecida quando há incertezas sobre a sua realização.

Os contratos celebrados entre a Fundação e seus clientes são aprovados pelas partes onde são identificados os direitos de cada uma das partes assim como as respectivas condições de pagamento.

A receita é reconhecida pelo valor da contraprestação do acordado entre as partes, líquida de impostos relacionados a prestação dos serviços assim como descontos comerciais e glosas.

Os contratos com os pagadores de planos de saúde incluem contraprestação variável e, portanto, a Fundação estima a receita correspondente considerando preços contratuais e glosas históricas. A Fundação utiliza o método do valor esperado para estimar a contraprestação variável devido ao grande número de seguradoras que possuem características semelhantes e com base em estatísticas de percentuais históricos de glosas dos últimos 4 anos.

2.11 Instrumentos financeiros

(a) Classificação e mensuração

A Fundação classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Não existem operações classificáveis como disponíveis para venda.

(i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Subsequentemente, são também mensurados ao valor justo, sendo os ganhos ou as perdas apresentadas na demonstração do resultado em "Receitas (despesas) financeiras, líquidas" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Fundação tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

Fundação José Luiz Egydio Setúbal

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Fundação compreendem contas a receber, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(b) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(c) Valor justo e perda por *impairment*

Os valores justos dos instrumentos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de mercado.

A Fundação avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

2.12 Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

2.13 Ativos de direito de uso e passivo de arrendamentos

A Fundação aluga diversos andares de prédios comerciais para sua área administrativa, e operação do Hospital. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de 15 meses a 5 anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação.

Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos. A Fundação aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais a Fundação é a arrendatária, a Fundação optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber);

Fundação José Luiz Egydio Setúbal

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- . pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- . valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- . o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;
- . pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Fundação:

- . sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido;
- . usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Fundação, sem financiamento recente com terceiros; e
- . faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, país, moeda e garantia, por exemplo.

A Fundação está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

O valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação do contrato, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, alterações em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

A Fundação adotou o pronunciamento CPC 6 (R2) – Operações de arrendamento em 1º de janeiro de 2022, considerando como base de análise os contratos com ativos identificáveis, cujo controle do uso do ativo, benefícios econômicos, entre outros aspectos previstos no pronunciamento, são exclusivos da Fundação, independente da forma jurídica dada ao contrato. Contratos de prestação de serviços e acordos de fornecimento foram equiparados a contratos de arrendamento quando há ativo identificável.

Na data da adoção inicial, a Fundação utilizou a abordagem retrospectiva modificada, optando por mensurar o custo do direito de uso do ativo de arrendamento ao valor equivalente ao valor presente do passivo de arrendamento mercantil a pagar a partir de 1º de janeiro de 2023, sem qualquer atualização das informações comparativas.

Fundação José Luiz Egydio Setúbal

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Fundação estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório.

2.14 Apuração do superávit

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

2.15 Mudanças nas principais políticas contábeis e divulgações

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 são as primeiras apresentadas considerando a aplicação integral dos CPCs, uma vez que até o exercício anterior era aplicado o CPC PME.

No balanço patrimonial do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, tomamos como base para transição para as CPCs em 1º de janeiro de 2022, e do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são apresentados abaixo:

Ativo	01/01/2022		01/01/2022		01/12/2022		01/01/2022	
	De acordo com as práticas contábeis anteriores	Ajustes	Aplicação integral dos CPC's	Passivo e patrimônio líquido	De acordo com as práticas contábeis anteriores	Ajustes	Aplicação integral dos CPC's	
Circulante				Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	9.342	-	9.342	Fornecedores	24.432	-	24.432	
Contas a receber de clientes (Nota 8)	81.200	-	81.200	Arrendamentos (Notas 2.13 e 13)	-	14.593	14.593	
Direito de prestação de serviços	8.722	-	8.722	Salários e encargos a pagar	14.472	-	14.472	
Estoques	5.579	-	5.579	Impostos e contribuições a recolher	3.289	-	3.289	
Adiantamentos a funcionários e fornecedores	3.398	-	3.398	Outras contas a pagar	6.062	-	6.062	
Impostos a recuperar	1.714	-	1.714					
Outras contas a receber	598	-	598					
Despesas antecipadas	4.213	-	4.213					
Total do ativo circulante	114.766	-	114.766	Total do passivo circulante	48.255	14.593	62.848	
Não circulante				Não circulante				
Depósitos judiciais	43.513	-	43.513	Arrendamentos (Notas 2.13 e 13)	-	31.164	31.164	
Aplicações financeiras	174.455	-	174.455	Provisão para contingências	78.171	-	78.171	
Outros ativos	1	-	1					
Imobilizado	37.915	-	37.915	Total do passivo não circulante	78.171	31.164	109.335	
Intangível	915	-	915					
Arrendamentos (Notas 2.13 e 13)	-	45.757	45.757	Total do passivo	126.426	45.757	172.183	
Total do ativo não circulante	256.799	45.757	302.556	Patrimônio líquido (Nota 17)	245.139	-	245.139	
				Patrimônio social				
				Total do patrimônio líquido	245.139	-	245.139	
Total do ativo	371.565	45.757	417.322	Total do passivo e patrimônio líquido	371.565	45.757	417.322	

Fundação José Luiz Egydio Setúbal

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	31/12/2022		31/12/2022		31/12/2022		31/12/2022	
	De acordo com as práticas contábeis anteriores	Ajustes	Aplicação integral dos CPC's	Passivo e patrimônio líquido	De acordo com as práticas contábeis anteriores	Ajustes	Aplicação integral dos CPC's	
Circulante				Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	9.735	-	9.735	Fornecedores	36.975	-	36.975	
Contas a receber de clientes (Nota 8)	100.815	(8.140)	92.675	Arrendamentos (Notas 2.13 e 13)	-	20.773	20.773	
Direito de prestação de serviços	11.811	-	11.811	Salários e encargos a pagar	17.526	-	17.526	
Estoques	9.074	-	9.074	Impostos e contribuições a recolher	3.980	-	3.980	
Adiantamentos a funcionários e fornecedores	1.671	-	1.671	Outras contas a pagar	6.103	(4.931)	1.172	
Impostos a recuperar	1.705	-	1.705					
Outras contas a receber	1.161	-	1.161					
Despesas antecipadas	2.755	-	2.755					
Total do ativo circulante	138.727	(8.140)	130.587	Total do passivo circulante	64.584	15.842	80.426	
Não circulante				Não circulante				
Depósitos judiciais	15.790	-	15.790	Arrendamentos (Notas 2.13 e 13)	-	46.005	46.005	
Aplicações financeiras	278.251	-	278.251	Provisão para contingências	72.087	-	72.087	
Outros ativos	1	-	1					
Imobilizado	44.117	-	44.117					
Intangível	808	-	808					
Direito de uso (Notas 2.13 e 13)	-	59.168	59.168	Total do passivo não circulante	72.087	46.005	118.092	
Total do ativo não circulante	338.967	59.168	398.135	Total do passivo	136.671	61.847	198.518	
				Patrimônio líquido				
				Patrimônio social	341.022	(10.819)	330.204	
				Total do patrimônio líquido	341.022	(10.819)	320.204	
Total do ativo	477.694	51.028	528.722	Total do passivo e patrimônio líquido	477.694	51.028	528.722	

Alterações adotadas pela Fundação

As seguintes alterações adicionais de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023:

- **Alteração ao CPC 26(R1) - Divulgação de políticas contábeis:** alteração do termo “políticas contábeis significativas” para “políticas contábeis materiais”. A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes.
- **Alteração ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Fundação.

Fundação José Luiz Egydio Setúbal

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.15 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis"**: de acordo com o IAS 1 – *“Presentation of financial statements”*, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 *“Classification of liabilities as current or non-current”*, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante.

Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- Alteração ao IFRS 16 – “Arrendamentos”**: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação (*“sale and leaseback”*). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os “pagamentos da locação” e os “pagamentos da locação revistos” de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.
- Alterações ao IAS 7 “Demonstração dos Fluxos de Caixa” e IFRS 7 “Instrumentos Financeiros: Evidenciação”**: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (*“supplier finance arrangements – SFAs”*) com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

As novas divulgações incluem as seguintes principais informações:

- (a) Os termos e condições dos acordos SFAs.

Fundação José Luiz Egydio Setúbal

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(b) Para a data de início e fim do período de reporte:

(i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs.

(ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento.

(iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs.

(c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i)

(d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros.

O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Fundação.

Não há outras normas contábeis ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Fundação.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros.

A Fundação faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas abaixo.

(a) Passivo contingente

A Fundação reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(b) Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa e glosas

A Fundação efetua análise da sua carteira de recebíveis para determinação dos valores de provisão pela perda esperada que leva em consideração o nível de inadimplência dos últimos 36 meses para operadoras de saúde e 24 meses para clientes particulares.

Valores em aberto a mais de 90 dias do seu vencimento previsto são contabilizados como perda incorrida e apresentados como perdas no recebimento de créditos no grupo de despesas administrativas. As provisões e perdas com glosas são registradas como redutoras da receita, enquanto as provisões e perdas com contas a receber de clientes particulares são registradas nas despesas administrativas. Recuperações subsequentes e valores previamente baixados são creditadas na mesma conta.

Fundação José Luiz Egydio Setúbal

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário

A Fundação não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

(d) Determinação do prazo de arrendamento

Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

Para arrendamentos das edificações, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes:

- Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que a Fundação irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão).
- Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que a Fundação irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.

3.1 Estimativas do valor justo

Pressupõe que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) esteja próxima de seus valores justos. Não existem outros valores relevantes.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Fundação a expõem a alguns riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A diretoria financeira da Fundação coordena o acesso aos mercados financeiros, além de monitorar e administrar os riscos financeiros relacionados às operações da Fundação, por meio de relatórios e análises internas.

O programa de gestão de risco da Fundação se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Fundação.

Fundação José Luiz Egydio Setúbal

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Risco de mercado

(i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Fundação incorrer em perdas por causa da flutuação nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas à empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Fundação monitora as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas, considerado baixo, uma vez que os passivos estão atrelados, substancialmente à taxa SELIC. Atualmente a Fundação não possui empréstimos contratados, havendo exposição apenas à taxa de juros de mercado que se aplica aos contratos de arrendamento.

(b) Risco de crédito

A política de prestação de serviços da Fundação está diretamente associada ao nível de risco de crédito a qual está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios, principalmente, no tocante aos atendimentos aos convênios médicos e pacientes particulares. Face à atividade, existe uma concentração de operações e recebíveis com as principais operadoras de planos e seguradoras de saúde.

Do total da receita de serviços prestados, aproximadamente 3% referem-se a pacientes particulares e 94% a empresas de seguro saúde, de medicina de grupo, cooperativas médicas e empresas de autogestão. A receita proveniente de três grandes grupos monta o percentual de 56% (2022 – 58,8%).

Convênio	2023
Bradesco Saúde S/A	25,0%
Sul América Serviços Médicos S/A	19,0%
Amil Assistência Médica Internacional S/A	12,0%
	56,0%

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada na Fundação pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Fundação para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis, a fim de que a Fundação não quebre os limites em qualquer uma de suas linhas de crédito.

O capital circulante líquido da Fundação, que corresponde a diferença entre ativo circulante e passivo circulante, foi R\$ 69.968 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 50.161 em 31 de dezembro de 2022). A administração da Fundação entende que possui liquidez satisfatória, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo, e mantém o controle orçamentário estabelecido.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Fundação ao administrar seu capital são de salvaguardar a continuidade da Fundação para a manutenção de seus objetivos.

A Fundação controla sua estrutura de capital fazendo os ajustes e adequando às condições econômicas atuais.

Não houve alteração quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Fundação José Luiz Egydio Setúbal

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Instrumentos financeiros por categoria

	<u>Ativos ao custo amortizado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativos conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	15.862	9.735
Contas a receber de clientes (Nota 8)	103.572	92.675
Direito de prestação de serviços (Nota 9)	25.872	11.811
Outras contas a receber	2.923	1.161
Depósitos Judiciais (Nota 16)	19.569	15.790
Aplicações Financeiras (Nota 7)	334.270	278.251
	<u>502.068</u>	<u>409.423</u>
	<u>Passivos ao custo amortizado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 14)	43.650	36.975
Obrigações com arrendamento (Nota 13)	56.716	66.778
Outros contas a pagar	1.457	1.172
	<u>101.823</u>	<u>104.925</u>

A gestão dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Fundação não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco até 31 de dezembro de 2023. As transações financeiras ocorridas entre ativos e passivos usuais são pertinentes às suas atividades econômicas.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa	87	82
Banco conta-movimento	6.669	5.492
Aplicação de liquidez imediata (i)	9.106	4.161
	<u>15.862</u>	<u>9.735</u>

- (i) O saldo está representado basicamente por aplicações automáticas e certificados de depósito bancários no País, remunerados às taxas que variam entre 99% e 105% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) cuja liquidez é inferior a 90 dias.

Fundação José Luiz Egydio Setúbal

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Aplicações financeiras

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fundos de ações	252.091	20.108
Fundos de inflação	-	15.241
Fundos multimercados	43.213	109.989
Fundos referenciados	9	94.149
Títulos privados	<u>38.957</u>	<u>38.764</u>
Não circulante	<u>334.270</u>	<u>278.251</u>

(a) Fundos

Os investimentos em fundos são compostos por aplicações em Fundos de Ações, Fundos de Inflação, Fundos Multimercados e Fundos Referenciados, classificados em não circulante de acordo com estimativas de resgate da Fundação. Fundos de Ações possuem característica de renda variável. Fundos de Inflação, Fundos Multimercados e Fundos Referenciados possuem característica de renda fixa, sendo corrigidos por taxas pós-fixadas compatíveis com mercado. Em 31 de dezembro de 2023 representavam 88,3% dos recursos aplicados.

Instituição financeira	Rendimento 2023	CDI Acumulado*	Rendimento Benchmarking	Nome do produto	2023	2022
			CDI			
Banco Safra	13,37%	13,40%	99,77%	CVM - SAF CAP MKT VIP	26.107	23.028
Banco Safra	9,65%	13,40%	72,02%	FIQ - SAFRA FARADAY I	1.345	1.226
Banco Safra	9,48%	13,40%	70,73%	SAF - Galileo	1.319	1.205
Banco Safra	3,09%	13,40%	23,09%	SAF CAP MKT PRE	11	56.307
Banco Safra	13,70%	13,40%	102,24%	F.REF - FIC RF CRED PRIV	13.226	11.632
Banco Safra	7,35%	13,40%	54,87%	SAF - Maxwell MAC	1.206	1.123
Banco Itaú	20,64%	12,39%	98,98%	Fund of Funds Orion MM CP IE FICFI (*)	-	11.421
Banco Itaú	12,27%	12,39%	127,94%	Itaú Priv Soberano Ref DI	-	2.301
Banco Itaú	14,27%	13,40%	106,47%	Itaú Private Wealth IQ	9	61.200
Banco Itaú	17,19%	12,39%	138,73%	Itaú Priv Rf Cred Priv Active	-	23.004
Banco Itaú	2,85%	12,39%	22,96%	Itaú Privante Fixa Imab5 + FCIFI	-	15.241
Banco Itaú	(10,41%)	12,39%	(84,00%)	Private Multi Ações FICFI	-	4.877
Banco Itaú	(4,96%)	12,39%	(40,02%)	Itaú Private Genesis Ações FIC	-	2.488
Banco Itaú	0,00%	12,39%	0,00%	Itaú Pre IDKA 3	-	12.742
Banco Itaú	6,44%	6,14%	104,87%	56530 - FJLES FI MM CP IE	252.090	-
Banco XP Investimentos	14,96%	12,39%	120,69%	Exodus 180 Fic Mm Crédito Privado	-	1.210
Banco XP Investimentos	14,15%	12,39%	114,17%	Xp Crédito Estruturado 180 Fic Mm Crédito Privado	-	2.836
Banco XP Investimentos	8,61%	12,39%	69,45%	Trend Pós-Fixado Firc Simples	-	7.646
					<u>295.313</u>	<u>239.487</u>

(*) CDI acumulado no período de aplicação.

Em 2023 a Administração tomou a decisão de concentrar parte de seus fundos em um fundo exclusivo da Fundação, liquidando a sua posição nos fundos dos bancos Itaú e XP Investimentos. Os fundos da Fundação são utilizados com *endowment* para o financiamento das gastos recorrentes do Hospital e também de bolsas de estudos, conforme estratégia da Administração.

Fundação José Luiz Egydio Setúbal

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Títulos privados

As aplicações nos títulos privados são compostas pelas Letras Financeiras (LF). Esses títulos são classificados como operações de renda fixa e possuem seus rendimentos vinculados à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em 31 de dezembro de 2023 representavam 11,7% dos recursos aplicados.

Instituição financeira	Rendimento 2023	CDI Acumulado*	Rendimento Benchmarking CDI	Nome produto	2023	2022
Banco Safra	13,58%	13,40%	101,38%	Letra Financeira - 3 anos	38.957	34.298
Banco Safra	12,39%	12,39%	0,00%	DBC - Deb Comprom	-	4.466
					<u>38.957</u>	<u>38.764</u>

(*) CDI acumulado no período de aplicação

8 Contas a receber clientes

	2023	2022
Convênios	96.495	87.948
Particulares	15.059	10.441
Glosas em recurso (a)	62.419	42.722
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) e glosas (b)	<u>(70.401)</u>	<u>(48.436)</u>
Circulante	<u>103.572</u>	<u>92.675</u>

(a) Referem-se a contas a receber glosadas pelos convênios, sobre as quais há questionamentos em curso por parte da Fundação.

Os vencimentos das contas a receber são como segue:

	2023	2022
A vencer	<u>85.459</u>	<u>82.631</u>
Vencidos		
Até 30 dias	9.087	8.427
De 31 a 60 dias	8.409	3.610
De 61 a 90 dias	4.598	3.706
Acima de 90 dias	66.420	42.737
Total vencidos	<u>88.514</u>	<u>58.480</u>
	<u>173.973</u>	<u>141.111</u>

A constituição da perda estimada provisão de crédito de liquidação duvidosa foi registrada no resultado do exercício.

Do montante total classificado como vencido em 2023, foram recuperados R\$ 8.030 até a data de emissão das demonstrações financeiras (referente ao exercício de 2022, foram recuperados em 2023 R\$ 15.135).

(b) A movimentação da conta de perda estimada de crédito de liquidação duvidosa e glosas está a seguir demonstrada:

Fundação José Luiz Egydio Setúbal

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Saldo 2022	Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidos sobre os recebíveis	Valores baixados no exercício como incobráveis	Valores recuperados durante o exercício	Saldo 2023
PECLD Clientes Particulares	(7.278)	(7.667)	348	2.905	(11.692)
PECLD Operadoras de Saúde	(41.158)	(38.615)	6.076	14.988	(58.709)
	48.436	(46.282)	6.424	17.893	(70.401)

Em 2023, após avaliação e aprovação da administração, os títulos abertos a longa data, de acordo com a política interna de controle de recebíveis, foram baixados como incobráveis (*write-off*). Em 2023, com base no estudo das perdas históricas com créditos incobráveis, a Fundação atualizou a estimativa contábil da PECLD e realizou a mudança prospectiva no modelo, passando a provisionar a totalidade dos títulos vencidos a mais de 90 dias, além de provisionar um percentual do restante do contas a receber de acordo com as perdas históricas.

9 Direito de prestação de serviços

	2023	2022
Internação Unidade I	19.794	7.748
Internação Unidade II	3.357	798
Pronto Socorro	2.721	3.265
	25.872	11.811

A conta de direito de prestação de serviços representa os serviços de saúde prestados aos convênios que, amparados por relação contratual, aguardam faturamento conforme cronograma. Os custos com a prestação destes serviços de saúde foram contabilizados no resultado de acordo com a competência, quando incorridos.

10 Estoques

	2023	2022
Drogas e medicamentos	2.367	2.101
Materiais hospitalares	3.202	2.767
Materiais auxiliares	4.206	4.206
	9.775	9.074

Durante o exercício de 2023 não houve movimentação de perda esperada com estoques obsoletos.

Fundação José Luiz Egydio Setúbal

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Imobilizado

	Equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Benfeitorias em bens de terceiros	Imobilizado em andamento	Imobilizado total
Em 31 de dezembro de 2021	29.203	3.911	4.683	118	37.915
Adições	11.715	3.911	219	461	13.249
Transferências	31	854	-	(34)	-
Baixas	(176)	3	-	(545)	(723)
Depreciação	(4.144)	(3)	(1.640)	-	(6.324)
Custo total	68.174	9.942	22.137	-	100.253
Depreciação acumulada	(31.545)	(5.716)	(18.875)	-	(56.136)
Valor residual	36.629	4.226	3.262	-	44.117
Em 31 de dezembro de 2022	36.629	4.226	3.262	-	44.117
Adições (i)	9.964	1.436	4.043	4.106	19.549
Transferências	-	-	-	-	0
Baixas	(467)	(56)	-	(4.106)	(4.629)
Depreciação	(5.103)	(571)	(1743)	-	(7.417)
Em 31 de dezembro de 2023	41.023	5.035	5.562	-	51.620
Custo total	77.672	11.322	26.180	-	115.174
Depreciação acumulada	(36.649)	(6.287)	(20.618)	-	(63.554)
Valor residual	41.023	5.035	5.562	-	51.620

(i) Em 2023, vários andares foram reformados para ampliar o número de leitos de UTI, aumentando de 56 para 63. Além disso, houve investimentos significativos na área de infraestrutura de TI.

12 Intangível

	Softwares	Marcas registradas e licenças	Total
Em 31 de dezembro de 2021	864	51	915
Adições	228	8	236
Transferências	-	-	-
Baixas do custo do ativo	-	-	-
Amortização no exercício	(342)	(1)	(343)
Custo total	2.780	61	2.841
Amortização acumulada	(2.030)	(3)	(2.033)
Valor residual	750	58	808
Em 31 de dezembro de 2022	750	58	808

Fundação José Luiz Egydio Setúbal

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adições	924	-	924
Transferências	-	-	-
Baixas do custo do ativo	(682)	-	(682)
Amortização no exercício	(300)	(1)	(301)
Em 31 de dezembro de 2023	692	57	749
Custo total	3.022	61	3.083
Amortização acumulada	(2.330)	(4)	(2.334)
Valor residual	692	57	749

13 Direito de uso e passivo de arrendamentos

O Saldo de arrendamento da Fundação refere-se ao aluguel dos andares de prédios comerciais para sua área administrativa e operação do Hospital, firmados em contratos por períodos fixos de 15 meses a 5 anos, podendo incluir opções de prorrogação. O impacto da adoção inicial do CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil nos saldos está descrita na Nota 2.14. As taxas descontadas aplicadas aos contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2023 é de 19,56% ao ano.

Ativo de direito de uso

	Hospital Infantil Sabará	Centro administrativo	FJLES	Centro de Excelência	Direito de uso total
Em 01 de janeiro de 2022	41.314	3.058	-	1.385	45.757
Adições	12.851	-	388	-	-
Remensurações	13.131	424	26	133	13.714
Depreciação	(12.304)	(794)	(79)	(365)	(13.542)
Custo total	67.296	3.482	414	1.518	72.710
Depreciação acumulada	(12.304)	(794)	(79)	(365)	(13.542)
Valor residual	54.992	2.688	335	1.153	59.168
Em 31 de dezembro de 2022	54.992	2.688	335	1.153	59.168
Adições	-	87	108	214	323
Remensurações	7.401	-	16	50	7.553
Depreciação	(19.730)	(905)	(147)	(411)	(21.193)
Em 31 de dezembro de 2023	42.663	1.870	312	1.006	45.851
Custo total	74.697	3.569	538	1.782	80.586
Depreciação acumulada	(32.034)	(1.699)	(226)	(776)	(34.735)
Valor residual	42.663	1.870	312	1.006	45.851

Fundação José Luiz Egydio Setúbal

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo de arrendamentos

a) A movimentação do passivo de arrendamento está apresentada abaixo:

	Hospital Infantil Sabará	Centro administrativo	FJLES	Centro de Excelência	Passivo de arrendamento total
Em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-	-
Adições	54.165	3.058	388	1.385	58.996
Remensurações	13.132	424	25	133	13.714
Pagamentos	(13.092)	(1.027)	(97)	(472)	(14.688)
Juros incorridos	7.945	521	50	240	8.756
Passivo de arrendamento	79.526	3.843	472	1.660	85.502
Ajuste a valor presente	(17.377)	(866)	(106)	(232)	(18.724)
Valor residual	<u>62.149</u>	<u>2.977</u>	<u>366</u>	<u>1.286</u>	<u>66.778</u>
Em 31 de dezembro de 2022	62.149	2.976	366	1.286	66.778
Adições	-	-	108	214	332
Remensurações	7.401	87	15	50	7.553
Pagamentos	(26.318)	(1.256)	(194)	(545)	(28.314)
Juros incorridos	9.641	457	72	207	10.377
Em 31 de dezembro de 2023	52.873	2.264	367	1.212	56.716
Passivo de arrendamento	74.698	3.568	537	1.783	80.586
Ajuste a valor presente	(21.825)	(1.304)	(170)	(571)	(23.870)
Valor residual	<u>52.873</u>	<u>2.264</u>	<u>367</u>	<u>1.212</u>	<u>56.716</u>

b) O cronograma de pagamentos da parcela de provisão para arrendamento está apresentado abaixo:

Vencimento	2023
2024	27.490
2025	28.008
2026	1.218
	<u>56.716</u>

c) O impacto do resultado do exercício está apresentado abaixo:

	2023	2022
Depreciação do direito de uso	(21.193)	(13.542)
Apropriação de juros dos arrendamentos	(10.377)	(8.756)
	<u>(31.570)</u>	<u>(22.298)</u>

Fundação José Luiz Egydio Setúbal

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Fornecedores

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Serviços médicos (i)	23.891	18.925
Serviços de apoio	2.021	1.755
Drogas e medicamentos	1.836	2.657
Materiais hospitalares	10.466	9.245
Materiais diversos	5.436	4.393
	<u>43.650</u>	<u>36.975</u>

(i) Serviços médicos englobam uma variedade de cuidados especializados voltados para a saúde de crianças e adolescentes, incluindo consultas médicas, tratamentos, cirurgias, cuidados de emergência, reabilitação e acompanhamento de condições crônicas. Esses serviços são prestados por uma equipe de profissionais de saúde qualificados, como pediatras, intensivistas, anestesistas, cirurgiões e outros especialistas dedicados ao atendimento pediátrico.

15 Salários e encargos a pagar

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Provisão para férias e encargos	13.206	9.904
Salários a pagar	5.016	4.230
INSS a recolher	3.105	2.610
FGTS a recolher	919	716
Contribuição sindical a pagar	45	66
	<u>22.291</u>	<u>17.526</u>

16 Provisão para contingências

a) Processos de risco provável

A Fundação possui ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

	<u>Depósitos judiciais</u>		<u>Provisões para contingências</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Cíveis (i)	32	105	749	377
Trabalhistas (i)	1.100	1.038	7.897	6.791
Tributárias (ii)	18.437	14.647	55.142	64.919
	<u>19.569</u>	<u>15.790</u>	<u>63.788</u>	<u>72.087</u>

A movimentação das provisões para contingências para processos que a Administração julga como de risco provável está apresentada abaixo:

Fundação José Luiz Egydio Setúbal

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2022</u>		<u>2023</u>	
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adição de provisão</u>	<u>Reversão/baixa de provisão</u>	<u>Saldo final</u>
Cíveis (i)	377	603	(231)	749
Trabalhistas (i)	6.791	1.447	(341)	7.897
Tributárias (ii)	64.919	4.468	(14.245)	55.142
	<u>72.087</u>	<u>6.518</u>	<u>(14.817)</u>	<u>63.788</u>

(i) Em 2023, a Fundação efetuou pagamentos de acordos em ações trabalhistas e cíveis que resultaram no montante de R\$ 450 mil (R\$ 369 mil em 2022), apresentados no resultado do exercício na rubrica "Outras receitas operacionais, líquidas de outras despesas operacionais".

(ii) A provisão para processos de natureza tributária inclui o processo do COFINS, julgado como de risco possível pelos consultores jurídicos externos da Fundação, conforme detalhado abaixo.

As principais provisões para contingências tributárias estão relacionadas a:

Provisão para contingência da Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde (TRSS):

Originada de auto de infração de 2008, com depósito judicial integral do valor (R\$553), essa execução cobra TRSS 2008 do CCM Matriz que, à época, operava como hospital no antigo endereço. Houve em 2023 decisão favorável e conclusão de outra discussão judicial no âmbito TRSS que gerou reversão. A provisão para contingências relacionadas a TRSS em dezembro de 2023 é de R\$725 (R\$870 em 2022).

Provisão para contingência COFINS:

Em 05 de abril de 2011, a Fundação interpôs Mandado de Segurança com o propósito de deixar de recolher a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), incidente sobre suas receitas de prestação de serviços médico-hospitalares por considerá-las compreendidas no conceito de 'atividades próprias' de que trata o artigo 14, X, da MP no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.

Em 27 de maio de 2011, foi deferida medida liminar e, a partir de junho de 2011, a Fundação suspendeu os recolhimentos da COFINS, registrando o valor supostamente devido e a suspensão judicial nas DCTFs. Em sentença publicada em 27 de junho de 2013, a medida liminar foi confirmada. Por ter ocorrido declaração da COFINS supostamente devida, a RFB registrou a existência dos débitos em seu sistema, gerando três processos administrativos que ficaram suspensos pela liminar e, depois, pela sentença. A Fundação, de seu lado, constituiu provisão no montante de R\$ 43.467 (valor original) em 2018 para mitigar o risco de não concessão do mandado de segurança.

Em 13 de março de 2014, acórdão do TRF da 2ª Região reformou a decisão para declarar devida a COFINS.

A Fundação interpôs Recurso Especial ao STJ, que teve andamento sobrestado por conta do reconhecimento de incidente de recurso repetitivo em *leading case* oriundo do Rio Grande do Sul (REsp 1.353.111/RS), onde se discutia a extensão do entendimento de 'receita própria' introduzido pelo art. 47, §2º, da Instrução Normativa da Receita Federal n. 247/2002, em caso envolvendo mensalidades dos alunos de instituições de ensino.

Em 15 de dezembro de 2015 a Fundação recebeu uma carta de citação de execução fiscal proposta pela Fazenda Pública Federal exigindo o pagamento da COFINS não recolhida durante os anos de 2011 a 2014, que havia sido informado nas DCTF's. A Fundação apresentou Exceção de Pré-Executividade sustentando a aplicação do REsp 1.353.111/RS à sua situação, pois, em 17 de dezembro de 2015, foi publicada a decisão do STJ que pacificou o entendimento de que é ilegal o art. 47, §2º, da Instrução Normativa da Receita

Fundação José Luiz Egydio Setúbal

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Federal n. 247/2002 e que as receitas derivadas da execução do objeto social de entidades sem fins lucrativos constituem receitas decorrentes de “atividades próprias da entidade” para fins de gozo da isenção estabelecida no art. 14 X, da Medida Provisória nº 2158-35/2001.

A Fundação, agora, aguarda a revisão da decisão do TRF para adequá-la ao entendimento do STJ no citado recurso repetitivo. Todavia, como o *leading case* abordou apenas serviços educacionais cobrados por escolas sem fins lucrativos, é possível que o entendimento não seja automaticamente estendido à cobrança de serviços médicos por hospitais sem fins lucrativos.

Em 31 de outubro de 2018, para possibilitar a sua defesa, a Fundação constituiu garantia de R\$ 25,8 milhões, conforme Lei 6830/1980, art. 9º, que demanda que para sustentar a defesa em execuções judiciais de dívidas tributárias que se dá por meio de “Embargos à Execução”. Os embargos foram apresentados em 03 de dezembro de 2018 e ainda pendem de apreciação judicial.

Em outubro de 2019 com a publicação pela RFB da Instrução Normativa 1911/2019 houve a revogação expressa do entendimento anterior, consubstanciado no art. 47, § 2º, da IN SRF 247/2002, como também apresentação de um novo, onde se declararam abrangidas pela isenção as receitas decorrentes da remuneração das atividades compreendidas nos fins sociais das entidades, portanto, apesar do parecer dos advogados, em 2019, classificando esta contingência como passivo contingente possível, a Fundação opta por manter a provisão para esta contingência, segmentada conforme descrito a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
COFINS em discussão judicial (i)	43.237	40.688
COFINS sem discussão judicial (ii)	11.180	23.360
	<u>54.417</u>	<u>64.048</u>

(i) A COFINS do período de junho de 2011 a agosto de 2014, constitui uma contingência fiscal judicializada, garantida com depósito judicial do valor integral do débito perseguido pela União com disputa ainda não resolvida, mas com evolução jurisprudencial e normativa favorável à Fundação totaliza o valor principal R\$ 11.941, sendo o montante atualizado com multa e juros de R\$ 30.759 em 31 de dezembro de 2023 (2022 – R\$ 28.995).

A COFINS do período de setembro de 2014 a agosto de 2015, também constitui uma contingência fiscal judicializada, garantida com depósito judicial do valor integral do débito perseguido pela União com disputa ainda não resolvida, mas com evolução jurisprudencial e normativa favorável à Fundação totaliza o valor principal R\$5.314, sendo o montante atualizado com multa e juros de R\$12.478 em 31 de dezembro de 2023 (2022 – R\$11.693). Em junho de 2020, foi efetuado o depósito judicial integral desta segunda execução fiscal, montante de R\$ 10.576, atualizada em 31 de dezembro de 2023 pela Taxa Selic, totalizando R\$ 14.170.

(ii) A COFINS do período de setembro de 2015 a setembro de 2019, não é discutido em processo administrativo ou judicial, mas nele vigia a equivocada interpretação, na avaliação da Administração, do art. 47, § 2º, da IN SRF247/2002. Não obstante a evolução jurisprudencial e normativa é favorável à Fundação, foi constituída da qual parte já foi revertida em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 2.643, sendo o montante do período decaído de agosto a dezembro de 2015), outra parte em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 10.594, correspondente ao período decaído do ano de 2016), em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 12.179, correspondente ao período decaído do ano de 2017) e em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 13.072, corresponde ao período decaído do ano de 2018). O saldo atual da provisão, correspondente ao período remanescente de janeiro de 2019 a setembro de 2019 é no valor principal R\$ 7.248, sendo o montante atualizado com multa e juros de R\$ 11.180 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 23.260 em 2022) conforme quadro abaixo:

Fundação José Luiz Egydio Setúbal

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2022		2023
	Saldo	Adição a provisão	Reversão a provisão (a)
			Saldo final
Valor original	16.170	-	(8.923)
Atualização Selic	3.956	2.065	(3.738)
Multa	3.234	-	(1.784)
	23.360	2.065	14.445
			11.180

- (a) A reversão do montante R\$13.072 (R\$ 11.743 em 2022) referente a contingência para processo tributário COFINS foi registrada diretamente nos resultados de anos anteriores do Patrimônio Líquido, o saldo remanescente foi revertido no resultado do exercício.

17 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio social é de R\$ 427.432 (2022 - R\$ 330.204).

A Fundação José Luiz Egydio Setúbal foi instituída por José Luiz Egydio Setúbal e conforme estabelecido no estatuto social da Fundação : (i) as receitas, rendas, rendimentos e eventual superávit apurado pela Fundação serão integralmente aplicados no país, na consecução e desenvolvimento de seus objetivos sociais, (ii) as subvenções e doações recebidas serão aplicadas nas finalidades a que estejam vinculadas, (iii) os recursos da Fundação não podem ser utilizados para concessão de empréstimos a membros do Conselho Superior e da Diretoria ou a quaisquer dos seus instituidores, empregados, colaboradores, benfeitores ou equivalentes, a qualquer título.

A Fundação não remunera ou concede vantagens ou benefícios a seus dirigentes, conselheiros, instituidores, benfeitores ou equivalentes, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão de competências, funções ou atividades que lhe sejam atribuídas pelo Estatuto, sendo também vedada a distribuição de patrimônio, rendas, bonificações ou vantagens, sob qualquer forma ou pretexto, a dirigentes, conselheiros, mantenedores, benfeitores, instituidores e colaboradores, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento.

A Fundação conta com um fundo patrimonial para assegurar a perpetuidade da causa expressa no Contexto Operacional. Seus recursos deverão ser mantidos em portfólio de investimentos em instituições idôneas ou de primeira linha, em produtos financeiros que assegurem, de forma balanceada, assunção de risco, rentabilidade e segurança (Nota 4).

Anualmente se apurará o patrimônio líquido do fundo, de forma a calcular o montante a ser alocado no orçamento para aplicação nas atividades da Fundação no ano civil seguinte, estabelecendo-se que o montante a ser aplicado não poderá ser inferior a 5% nem superior a 10% do patrimônio apurado e mediante proposta do Conselho Superior, parcela dos recursos do fundo poderá ser destinada a investimentos em novas frentes de atuação, ao custeio de suas operações ou a cobertura de passivos oriundos de atos regulares de gestão.

18 Partes relacionadas

A Fundação José Luiz Egydio Setúbal foi instituída por José Luiz Egydio Setúbal, casado com Sandra Regina Mutarelli Setúbal, conforme estabelecido no estatuto social da Fundação (Nota 18), com o propósito de prestar serviços de promoção da saúde por meio de (i) atendimento médico-hospitalar de amplo espectro, com ênfase no campo pediátrico; (ii) estudos de avaliação e incorporação de tecnologias à saúde; (iii) capacitação de recursos humanos na área da saúde; (iv) pesquisas de interesse público em saúde; e (v) desenvolvimento de técnicas e operação de gestão em serviços de saúde.

Fundação José Luiz Egydio Setúbal

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Fundação é associada mantenedora do Instituto de Pesquisa PENSI (“Instituto”), uma instituição sem fins lucrativos com sede em São Paulo, organizada sob forma de organização de sociedade civil de interesse público - OSCIP, sendo o seu objeto social a promoção do voluntariado e a realização de estudos e pesquisas de desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos na área da saúde e segurança alimentar e nutricional de crianças e adolescentes, promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico.

O Instituto foi constituído em 26 de junho de 2012, por iniciativa da Fundação José Luiz Egydio Setubal (então denominada Fundação Hospital Infantil Sabará), de José Luiz Egydio Setubal e sua esposa, Sandra Regina Mutarelli Setúbal, com o propósito de promover o voluntariado e de realizar estudos e pesquisas, desenvolver tecnologias alternativas, produzir e divulgar informações e conhecimentos técnicos e científicos na área da saúde e segurança alimentar e nutricional de crianças e adolescentes.

A remuneração das pessoas chaves da administração da Fundação, totalizou R\$ 8.917 em 2023 (2022 - R\$ 10.810). Em 2023 nenhum recurso foi utilizado para concessão de empréstimos a membros do Conselho ou Diretoria ou ao seu "instituidor", empregados, colaboradores, benfeitores ou equivalentes, a qualquer título. A Fundação também não remunerou ou concedeu vantagens as partes indicadas anteriormente, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão de competências, funções ou atividades que lhe sejam atribuídas por este Estatuto, sendo também vedada a distribuição de patrimônio, rendas, bonificações ou vantagens, sob qualquer forma ou pretexto, a dirigentes, conselheiros, mantenedores, benfeitores, instituidores e colaboradores, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Fundação apresentou a seguinte remuneração ao pessoal-chave da administração:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Diretores executivos	8.917	10.810
	<u>8.917</u>	<u>10.810</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Fundação mantinha os seguintes saldos com partes relacionadas:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Contribuição Associativa ao Instituto (Despesa)	15.063	4.263
	<u>15.063</u>	<u>4.263</u>

19 Receitas com serviços prestados

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita bruta de prestação de serviços	558.415	478.783
Atividade hospitalar	558.415	478.709
Atividade de ensino e pesquisa	-	74
Deduções	(2.493)	(2.794)
Impostos incidentes sobre prestação de serviços	(7)	(13)
Cancelamentos	(1.928)	(2.228)
Glosas de Operadoras de Saúde (i)	(558)	(553)
Receita líquida	<u>555.922</u>	<u>475.989</u>

Fundação José Luiz Egydio Setúbal

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) As estimativas de perdas por inadimplência e estimativas de perdas por glosas são mensuradas de acordo com a nova política adotada pela instituição conforme descrito na nota 3b. Os saldos são apresentados como perdas no recebimento de créditos no grupo de despesas administrativas.

20 Receita e despesa com voluntariado

O montante receita e despesa de voluntariado compreende a participação de membros de diretoria estatutária, conselho de administração e uma equipe multifuncional de entretenimento, que atua diariamente junto aos pacientes. Caso esses serviços fossem cobrados, totalizariam um montante em 2023 de R\$ 11.141 (R\$ 9.529 em 2022).

21 Custo com atividades hospitalares

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Serviços médicos contratados	114.263	96.112
Custo com Pessoal	106.312	83.040
Drogas, medicamentos e materiais	60.593	53.081
Serviços de apoio contratados	13.599	13.355
Aluguéis de imóveis	907	371
Depreciação e amortização	26.104	17.774
Gastos com manutenção	11.842	9.711
Outros custos (i)	25.391	18.687
	<u>359.011</u>	<u>292.131</u>

(i) A rubrica de outros custos refere-se substancialmente, a gastos com limpeza das instalações, segurança patrimonial, energia elétrica e outros custos fixos e variáveis do exercício.

22 Despesas administrativas e gerais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesas com pessoal (Nota 23)	46.331	37.573
Despesas com serviços de apoio	7.645	3.495
Consumo e utilidades	2.469	1.930
Despesas com publicidade	2.814	2.787
Gastos com manutenções	7.278	6.988
Despesas com assessores jurídicos	511	652
Despesas com consultorias/ assessorias especializadas	13.466	11.411
Despesas com processos e contingências	541	817
Depreciação e amortização	3.123	2.584
Associações	15.220	10.492
Prêmios e Seguros	648	1.069
Aluguel de bens diversos	1.062	1.215
Doações	4.824	1.797
Outras despesas (i)	6.567	3.814
	<u>112.499</u>	<u>86.624</u>
Perdas no recebimento de créditos (ii) (Nota 8)	27.494	37.680
	<u>139.993</u>	<u>124.304</u>

Fundação José Luiz Egydio Setúbal

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) A rubrica de outras despesas refere-se substancialmente, a despesas com refeições, fretes, assinaturas e outras despesas do exercício.

(ii) As perdas no recebimento de créditos tiveram um aumento expressivo em 2022 com a adoção inicial do CPC integral, além de impactos do aumento geral da inadimplência e alteração na estimativa contábil de PECLD, conforme descrito na Nota 8.

23 Despesas com pessoal

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Salários	27.385	22.882
Encargos sociais	9.500	7.904
Férias e 13º salário	1.095	141
Benefícios	8.351	6.646
	<u>46.331</u>	<u>37.573</u>
Número de empregados (não auditado)	<u>1.230</u>	<u>1.092</u>

24 Outras receitas operacionais, líquidas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Doações recebidas	39	364
Reversão de provisão tributária (nota 16)	1.226	1.379
Outras receitas (i)	964	315
	<u>2.229</u>	<u>2.058</u>

(i) Receitas oriundas de recuperação de perdas de contas a receber e baixa de valores recebidos a longa data não identificados.

25 Receitas financeiras

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Rendimentos s/aplicações financeiras - renda fixa	43.005	31.570
Descontos obtidos	166	132
Juros de mora ativos (i)	1.964	1.719
Variação cambial ativa	14	4
	<u>45.149</u>	<u>33.425</u>

(i) Refere-se substancialmente a atualização monetária de depósitos judiciais.

26 Despesas financeiras

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Juros e multa de mora passivos	3.554	4.352
Perdas em instrumentos financeiros	4.789	4.821
Juros sobre arrendamento	10.377	8.755
Variação Cambial passiva	1	6
Outros	708	2.357
	<u>19.429</u>	<u>20.291</u>

Fundação José Luiz Egydio Setúbal

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Unidades de serviço

A Fundação possui três unidades de serviços segregadas em: Matriz FJLES, Hospital Infantil Sabará e Centro de Estudos e Pesquisas. A unidade matriz é detentora do fundo patrimonial constituído para assegurar a perpetuidade da causa. O Hospital efetua atendimentos médico-hospitalar de amplo espectro, com ênfase no campo pediátrico e o Centro de estudos e Pesquisas atua na área da saúde com pesquisas de interesse público e capacitação de recursos humanos.

	Matriz FJLES	Hospital Infantil Sabará	Centros de Estudos e Pesquisa	Total
Receitas com serviços prestados	-	555.824	98	555.922
Receita com voluntariado	-	11.141	-	11.141
Custos hospitalares	-	(359.003)	(8)	(359.011)
Resultado bruto	-	207.962	90	208.052
Despesas administrativas e gerais	(34.972)	(104.860)	(161)	(139.993)
Despesas tributárias	(42)	(668)	(1)	(711)
Despesa com voluntariado	-	(11.141)	-	(11.141)
Outras receitas operacionais, líquidas	613	1.616	-	2.229
(Déficit) Superávit operacional	(34.401)	92.909	(72)	58.436
Receitas financeiras	42.425	2.724	-	45.149
Despesas financeiras	(4.971)	(14.458)	-	(19.429)
Resultado financeiro, líquido.	37.454	(11.734)	-	25.720
Superávit do exercício	3.053	81.175	(72)	84.156

28 Cobertura de seguro (Não auditado)

A Fundação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes, pela administração, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2023, a Fundação apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Prédio Operacional HIS:

Bens segurados	Coberturas	Garantia
	Incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e implosão	180.000
	Lucros cessantes – despesas fixas	30.000
	Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e fumaça	125
	Danos elétricos	300
	Roubo e furto qualificado de bens nas dependências do segurado	300
	Derrame ou vazamento de chuveiros automáticos (sprinklers) e rede de hidrantes	1.500
Patrimônio	Vazamento de Tanques e Tubulações	120
	Equipamentos eletrônicos sem roubo	300
	Roubo de valores no interior das dependências do segurado	300
	Quebra de vidros, espelhos e mármore	100
	Anúncios e letreiros luminosos	100
	Responsabilidade Civil Operações	500

Fundação José Luiz Egydio Setúbal

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Prédio Centro de Treinamento Sabará:

Bens segurados	Coberturas	Garantia
	Incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e implosão	5.600
	Perda de aluguel	223
Patrimônio	Danos elétricos	70
	Quebra de vidros, espelhos e mármore	40
	Responsabilidade Civil Operações	100

Prédio Centro de Apoio Administrativo

Bens segurados	Coberturas	Garantia
	Incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e implosão	928
	Danos elétricos	200
Patrimônio	Derrame ou vazamento de chuveiros automáticos (sprinklers) e rede de hidrantes	100
	Vazamento de Tanques e Tubulações	100
	Equipamentos eletrônicos sem roubo	464

* * *

Certificate Of Completion

Envelope Id: AB3B4EDF2D3E49FB9C4DC3FA4E358903

Status: Completed

Subject: Complete with DocuSign: FJLES23.DEZ.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Source Envelope:

Document Pages: 38

Signatures: 1

Envelope Originator:

Certificate Pages: 8

Initials: 0

Monica Franca

AutoNav: Enabled

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Envelopeld Stamping: Enabled

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

São Paulo, São Paulo 04538-132

monica.franca@pwc.com

IP Address: 201.56.5.228

Record Tracking

Status: Original

30 April 2024 | 15:26

Holder: Monica Franca

monica.franca@pwc.com

Location: DocuSign

Status: Original

30 April 2024 | 17:16

Holder: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Location: DocuSign

@pwc.com

Signer Events

Fábio de Oliveira Araújo

fabio.araujo@pwc.com

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP Smart Card

Signature Issuer: AC SERASA RFB v5

Electronic Record and Signature Disclosure:

Accepted: 09 May 2022 | 17:26

ID: 036696e5-148b-4b66-a10f-2d73c6e1688b

Company Name: PwC

Signature

DocuSigned by:



1295B63D319F49F...

Signature Adoption: Pre-selected Style

Using IP Address: 54.94.244.235

Timestamp

Sent: 30 April 2024 | 15:31

Viewed: 30 April 2024 | 17:13

Signed: 30 April 2024 | 17:16

In Person Signer Events**Signature****Timestamp****Editor Delivery Events****Status****Timestamp****Agent Delivery Events****Status****Timestamp****Intermediary Delivery Events****Status****Timestamp****Certified Delivery Events****Status****Timestamp****Carbon Copy Events****Status****Timestamp**

Monica Franca

monica.franca@pwc.com

Security Level: Email, Account Authentication (None)

COPIED

Sent: 30 April 2024 | 17:16

Viewed: 30 April 2024 | 17:16

Signed: 30 April 2024 | 17:16

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign

Vyctor Baldan

vyctor.baldan@pwc.com

Security Level: Email, Account Authentication (None)

COPIED

Sent: 30 April 2024 | 15:31

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
---------------------------	---------------	------------------

Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via DocuSign

Witness Events	Signature	Timestamp
-----------------------	------------------	------------------

Notary Events	Signature	Timestamp
----------------------	------------------	------------------

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
--------------------------------	---------------	-------------------

Envelope Sent	Hashed/Encrypted	30 April 2024 15:31
Certified Delivered	Security Checked	30 April 2024 17:13
Signing Complete	Security Checked	30 April 2024 17:16
Completed	Security Checked	30 April 2024 17:16

Payment Events	Status	Timestamps
-----------------------	---------------	-------------------

Electronic Record and Signature Disclosure

CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA

Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura

Periodicamente, a PwC poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão “Eu concordo” na parte inferior deste documento.

Obtenção de cópias impressas

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R\$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

Revogação de seu consentimento

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

Consequências da revogação de consentimento

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário “Revogação de Consentimento” da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento. Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

Como contatar a PwC:

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para: fiche.alessandra@pwc.com

Para informar seu novo endereço de e-mail a PwC:

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail. We do not require any other information from you to change your email address.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

Para solicitar cópias impressas a PwC:

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

Para revogar o seu consentimento perante a PwC:

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:

(i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou

(ii) enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levarão um tempo maior para serem processadas. We do not need any other information from you to withdraw consent. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process.

Hardware e software necessários:**

(i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®; Mac OS®

(ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); Safari™ 3.0 ou superior (Mac apenas)

(iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido para visualizar e imprimir arquivos em PDF.

(iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600

(v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cookies por sessão

** Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos clicando sobre o botão “Eu concordo” abaixo.

Ao selecionar o campo “Eu concordo”, eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e

(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimi-la para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a PwC conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por PwC durante o curso do meu relacionamento com você.

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, PwC (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format,

and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact PwC:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

To advise PwC of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from PwC

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with PwC

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify PwC as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by PwC during the course of your relationship with PwC.